

23 de setembro de 2016

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

2º Trimestre de 2016

Capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,9% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 2º trimestre de 2016, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) que a observada no trimestre anterior. A poupança bruta diminuiu 0,5%, verificando-se um crescimento da despesa de consumo final da economia (0,6%) ligeiramente superior ao aumento do Rendimento Disponível Bruto da nação (0,5%). O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentaram 0,6% e 0,4% no 2º trimestre de 2016, respetivamente. O menor aumento do RNB refletiu o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de -3,5% nos rendimentos recebidos e de 1,8% nos rendimentos pagos).

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 3,9%, mais 0,1 p.p. que no trimestre precedente, refletindo um crescimento ligeiramente mais elevado do Rendimento Disponível comparativamente com o da despesa de consumo final (0,7% e 0,6%, respetivamente).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu, passando de 3,7% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2016 para 3,4%. Esta melhoria do saldo das AP resultou do efeito conjugado do aumento de 0,2% da receita e de uma redução de 0,4% da despesa. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP fixou-se em -2,5% do PIB no 2º trimestre de 2016 (-3,6% no trimestre homólogo). No conjunto do 1º semestre de 2016, o saldo das AP foi -2,8% do PIB (-4,6% em igual período do ano passado).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional do 2º trimestre de 2016.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Refira-se que os resultados relativos a 2014 têm agora uma natureza final, estando disponíveis dados detalhados por ramos de atividade e por setores institucionais, que implicaram revisões face aos dados anteriormente disponíveis (ver final deste destaque).

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

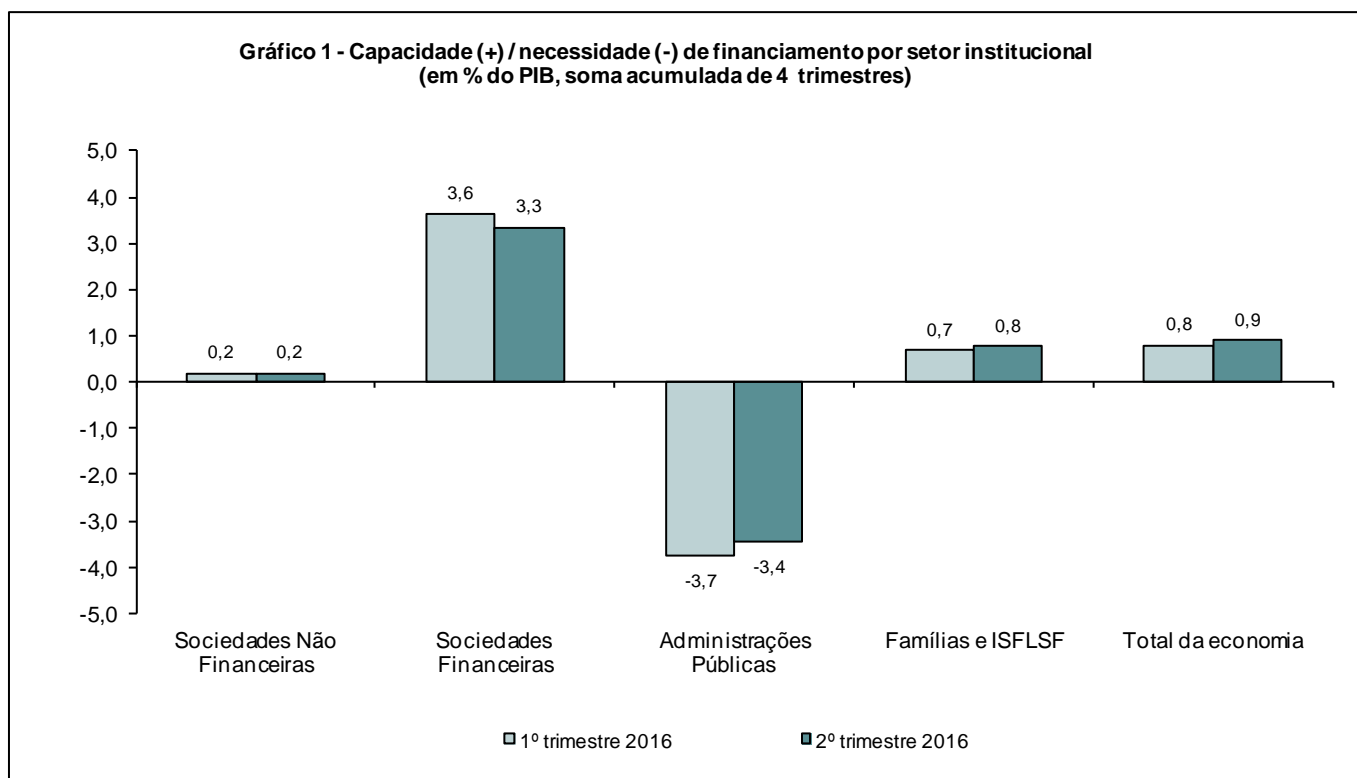
**Capacidade de financiamento da economia
fixou-se em 0,9% do PIB**

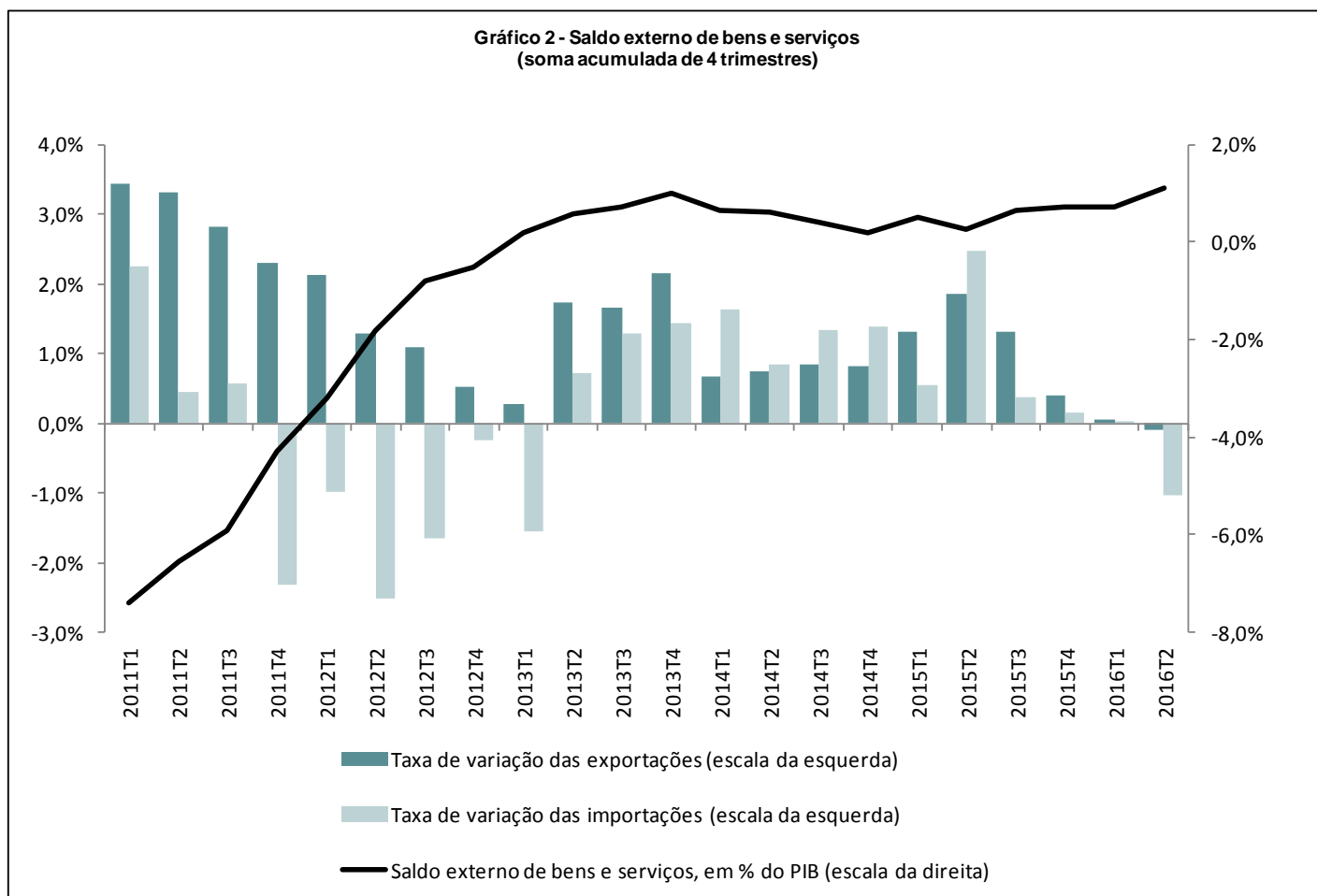
A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 0,9% do PIB no 2º trimestre de 2016, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. A poupança bruta registou uma redução de 0,5%, tendo o Rendimento Disponível Bruto e a despesa de consumo final aumentado 0,5% e 0,6%, respetivamente. O crescimento do Rendimento Disponível Bruto refletiu sobretudo o aumento nominal do PIB (0,6%), que mais do que compensou o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP diminuiu 0,3 p.p., fixando-se em 3,4% do PIB. Esta melhoria do saldo das AP resultou do efeito conjugado

do aumento de 0,2% da receita e de uma redução de 0,4% da despesa. O saldo das Sociedades Não Financeiras estabilizou em 0,2% do PIB enquanto o das Sociedades Financeiras diminuiu 0,3 p.p. para 3,3% do PIB. Dado que a análise se baseia em saldos acumulados de 4 trimestres, a elevada capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras reflete o impacto positivo da injeção de capital no Banif no 4º trimestre de 2015, que representou 1,3% do PIB. Simetricamente, o saldo das AP reflete o efeito negativo dessa operação. A capacidade de financiamento das Famílias aumentou 0,1 p.p. para 0,8% do PIB.

O saldo externo de bens e serviços aumentou para 1,1% do PIB (mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior), tendo as importações de bens e serviços diminuído 1,0%, enquanto as exportações de bens e serviços registaram apenas um ligeiro decréscimo de 0,1% (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento aumentou 0,1 p.p. para 0,8% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ atingiu 0,8% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2016 (0,7% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu principalmente o aumento da poupança corrente e a diminuição do investimento. A taxa de poupança aumentou no 2º trimestre, passando de 3,8% do rendimento disponível para 3,9%.

O gráfico 3 representa a evolução da taxa de poupança e das suas principais componentes. A evolução da taxa de poupança refletiu um crescimento ligeiramente mais

elevado do Rendimento disponível comparativamente com o da despesa de consumo final (0,7% e 0,6%, respetivamente).

O crescimento do rendimento disponível das Famílias resultou principalmente do aumento de 0,8% das remunerações recebidas, devido sobretudo às remunerações pagas pelas Sociedades Não Financeiras (taxa de variação de 0,9%). Os impostos pagos sobre o rendimento e património diminuíram, efeito que foi parcialmente compensado pelo aumento das contribuições sociais das Famílias.

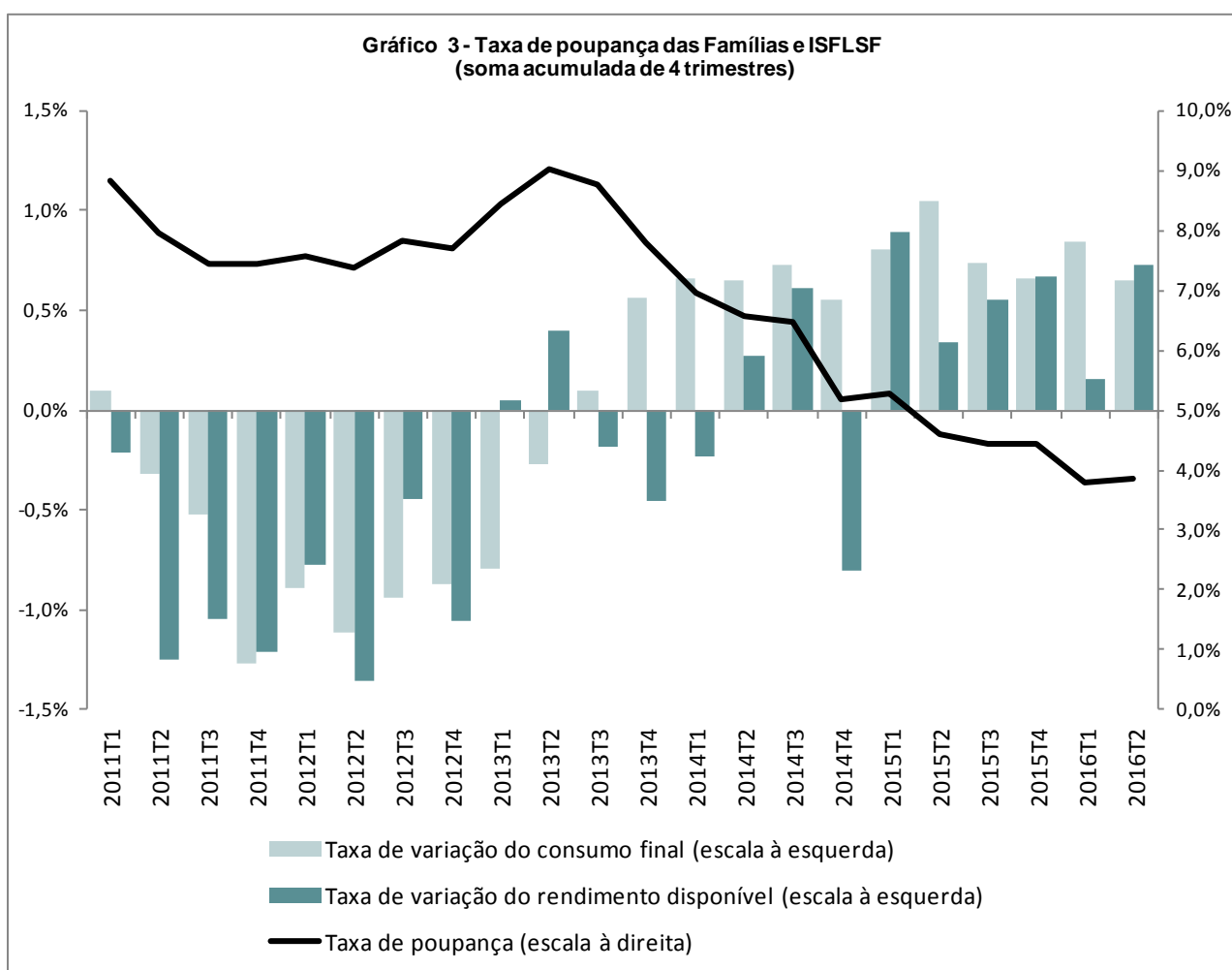
Como se pode observar no quadro 1, que apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações apresentaram o contributo

¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

mais relevante (0,5 p.p.) para o crescimento do rendimento disponível das Famílias.

O imposto sobre o rendimento pago pelas Famílias diminuiu 1,4%, contribuindo em 0,2 p.p. para a taxa de crescimento do Rendimento Disponível, enquanto as prestações sociais líquidas de contribuições registaram um contributo negativo (-0,1 p.p.).

O quadro 2 apresenta a composição do rendimento disponível das Famílias. No 2º trimestre de 2016, as remunerações representavam 64,1% do rendimento disponível e o excedente bruto/rendimento misto 26,5%.



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,3
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,0
2011T4	-1,0	-0,1	0,0	0,3	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,6	0,3	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,2	0,1	1,0	0,1
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,5
2014T1	-0,2	0,0	0,0	-0,1	0,1	0,1	-0,2
2014T2	0,6	0,0	0,1	-0,5	0,1	0,1	0,3
2014T3	0,5	0,1	0,0	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,0	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,8
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,3
2015T3	0,1	0,1	0,3	0,1	-0,1	-0,1	0,6
2015T4	0,5	0,1	-0,2	0,1	0,0	-0,1	0,7
2016T1	0,4	0,2	-0,1	-0,1	-0,3	0,0	0,2
2016T2	0,5	0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,2	0,7

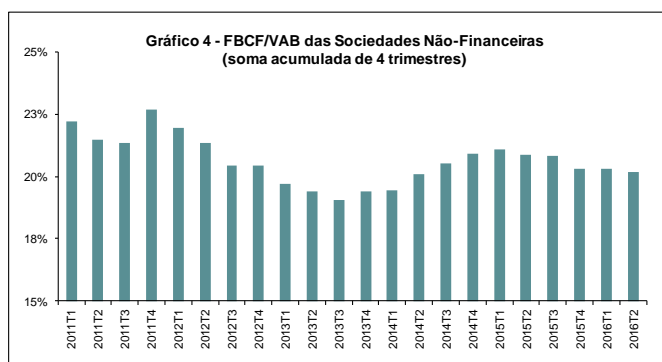
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,6
2013T2	62,2	26,1	8,7	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,3	26,5	8,6	-11,4	8,8	4,2
2014T2	63,8	26,5	8,6	-11,5	8,3	4,3
2014T3	63,9	26,4	8,6	-11,8	8,7	4,2
2014T4	63,7	26,6	8,8	-11,4	8,2	4,1
2015T1	63,6	26,5	8,9	-11,3	8,1	4,2
2015T2	63,9	26,5	8,6	-11,2	8,1	4,2
2015T3	63,7	26,4	8,9	-11,1	8,1	4,1
2015T4	63,7	26,3	8,6	-10,9	8,2	4,1
2016T1	64,1	26,5	8,5	-10,9	8,1	3,8
2016T2	64,1	26,5	8,4	-10,7	7,9	3,8

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento representou 0,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,2% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2016, idêntica à registada no trimestre precedente. Para este resultado contribuiu sobretudo o crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 0,8%, que mais do que compensou o aumento das remunerações já referido e o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade.

A taxa de investimento, medida através do rácio entre a FBCF e o VAB, diminuiu 0,1 p.p. para 20,2% no 2º trimestre de 2016.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento atingiu 3,3% do PIB

No ano acabado no 2º trimestre de 2016, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 3,3% do PIB, o que compara com 3,6% no trimestre anterior. Note-se que o nível elevado da capacidade de financiamento deste setor reflete a injeção de capital no Banif associada à operação de resolução implementada no 4º trimestre de 2015 e que representou 1,3% do PIB.

A diminuição da capacidade de financiamento foi devida sobretudo à diminuição em 5,6% dos rendimentos de propriedade recebidos, que mais do que compensou a diminuição de 3,9% dos rendimentos pagos.

O VAB do setor financeiro diminuiu 2,0%, que compara com uma redução de 1,4%, no ano terminado no 1º trimestre de 2016.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 0,3 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 0,3 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2016, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 3,4% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou do efeito conjugado do aumento de 0,2% da receita e de uma redução de 0,4% da despesa (ver quadros 3 e 4).

Do lado da receita, verificou-se um acréscimo nas receitas correntes, destacando-se o aumento das receitas com impostos sobre a produção e importação (1,2%), bem como das contribuições sociais (1,0%). Em sentido contrário, observou-se uma redução das receitas com impostos sobre o rendimento e património (-1,4%) e das receitas de capital (-8,4%).

O comportamento da despesa foi em grande medida determinado pela diminuição da despesa de capital (-6,7%) e das outras despesas correntes (-3,2%) e, em menor grau, pela redução das despesas com subsídios e juros. Por oposição, as restantes componentes da despesa corrente aumentaram, evidenciando-se os aumentos das despesas com pessoal (0,8%), com prestações sociais (0,4%) e do consumo intermédio (0,7%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1 167,2 milhões de euros no 2º trimestre de 2016, correspondente a -2,5% do PIB. No mesmo trimestre do ano anterior o saldo tinha-se fixado em -3,6% do PIB (-1 660,0 milhões de euros). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento da receita total (0,9%) e uma diminuição de 1,6% da despesa. Do lado da receita destacam-se em particular os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (5,2%) e com as contribuições sociais (3,9%). Do lado da despesa são de salientar as reduções da despesa de capital (-37,0%), que representou 1,8% do PIB no 2º trimestre de 2016 face aos 2,9% do PIB no período anterior, e das outras despesas correntes (-13,1%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. No conjunto do 1º semestre de 2016, o saldo global das AP fixou-se em -2 509,5 milhões de euros, correspondendo a -2,8% do PIB (-4,6% do PIB em igual período do ano passado). Comparando o 1º semestre de 2016 com o semestre homólogo verificou-se uma melhoria do saldo tanto em contabilidade pública como em contabilidade nacional, sendo mais significativo no último caso.

É de referir sobre o quadro 6 que a redução significativa das injeções de capital em empresas públicas é compensada pela diferença na rubrica do ajustamento da delimitação setorial em Contas Nacionais, não tendo impacto no saldo das AP.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2015T2	2015T3	2015T4	2016T1	2016T2
Receitas totais	78 010,1	78 571,5	79 004,5	79 462,5	79 627,3
Receita corrente	76 312,5	76 970,2	77 477,5	78 001,7	78 289,6
Impostos sobre o rendimento e património	18 878,4	19 207,2	19 438,3	19 468,6	19 189,7
Impostos sobre a produção e importação	25 471,1	25 968,6	26 103,6	26 712,2	27 044,6
Contribuições sociais	20 707,2	20 673,9	20 775,1	20 919,0	21 126,6
Vendas	6 445,0	6 586,9	6 636,4	6 627,3	6 635,6
Outra receita corrente	4 810,8	4 533,6	4 524,2	4 274,7	4 293,1
Receita de capital	1 697,6	1 601,3	1 527,0	1 460,8	1 337,8
Despesas totais	89 393,1	84 302,7	86 825,4	86 234,0	85 906,0
Despesa corrente	79 174,6	78 886,2	79 094,8	78 871,8	79 033,9
Prestações sociais	34 218,6	34 357,3	34 637,3	34 684,9	34 810,7
Despesas com pessoal	20 545,0	20 207,1	20 272,9	20 329,3	20 488,1
Juros	8 424,0	8 293,7	8 191,3	7 967,7	7 953,2
Consumo intermédio	10 125,1	10 216,2	10 328,8	10 412,8	10 486,6
Subsídios	1 149,9	1 159,2	1 110,4	1 100,7	1 060,4
Outra despesa corrente	4 712,1	4 652,6	4 554,1	4 376,4	4 234,9
Despesa de capital	10 218,5	5 416,4	7 730,6	7 362,3	6 872,1
Investimento ⁽¹⁾	4 045,3	4 008,7	4 316,2	3 994,4	3 744,3
Outra despesa de capital	6 173,1	1 407,7	3 414,4	3 367,9	3 127,9
Saldo corrente	-2 862,2	-1 916,1	-1 617,3	- 870,1	- 744,4
Saldo total	-11 383,1	-5 731,2	-7 820,9	-6 771,5	-6 278,7
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 750,6	70 592,5	70 903,5	70 904,1	71 080,7
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	176 552,3	178 013,0	179 539,9	181 012,6	182 149,0
Défice em % PIB	-6,4%	-3,2%	-4,4%	-3,7%	-3,4%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2015T2	2015T3	2015T4	2016T1	2016T2
Receitas totais	0,5	0,7	0,6	0,6	0,2
Receita corrente	0,5	0,9	0,7	0,7	0,4
Impostos sobre o rendimento e património	-0,3	1,7	1,2	0,2	-1,4
Impostos sobre a produção e importação	1,9	2,0	0,5	2,3	1,2
Contribuições sociais	0,3	-0,2	0,5	0,7	1,0
Vendas	1,6	2,2	0,8	-0,1	0,1
Outra receita corrente	-4,1	-5,8	-0,2	-5,5	0,4
Receita de capital	-0,5	-5,7	-4,6	-4,3	-8,4
Despesas totais	-0,9	-5,7	3,0	-0,7	-0,4
Despesa corrente	-0,2	-0,4	0,3	-0,3	0,2
Prestações sociais	0,3	0,4	0,8	0,1	0,4
Despesas com pessoal	-0,3	-1,6	0,3	0,3	0,8
Juros	-1,3	-1,5	-1,2	-2,7	-0,2
Consumo intermédio	1,0	0,9	1,1	0,8	0,7
Subsídios	-4,7	0,8	-4,2	-0,9	-3,7
Outra despesa corrente	-2,1	-1,3	-2,1	-3,9	-3,2
Despesa de capital	-6,2	-47,0	42,7	-4,8	-6,7
Investimento ⁽¹⁾	11,3	-0,9	7,7	-7,5	-6,3
Outra despesa de capital	-15,0	-77,2	142,6	-1,4	-7,1

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2º trimestre de 2015		2º trimestre de 2016		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	19 308,4	42,4	19 473,3	41,7	0,9
Receita corrente	18 928,8	41,6	19 216,7	41,2	1,5
Impostos sobre o rendimento e património	4 282,0	9,4	4 003,1	8,6	- 6,5
Impostos sobre a produção e importação	6 442,8	14,1	6 775,3	14,5	5,2
Contribuições sociais	5 305,2	11,6	5 512,8	11,8	3,9
Vendas	1 641,7	3,6	1 650,0	3,5	0,5
Outras receitas correntes	1 257,1	2,8	1 275,5	2,7	1,5
Receitas de capital	379,6	0,8	256,6	0,5	- 32,4
Despesas totais	20 968,4	46,0	20 640,4	44,2	- 1,6
Despesa corrente	19 642,4	43,1	19 804,6	42,4	0,8
Prestações sociais	8 165,7	17,9	8 291,5	17,8	1,5
Despesas com pessoal	5 664,3	12,4	5 823,1	12,5	2,8
Juros	1 917,7	4,2	1 903,2	4,1	- 0,8
Consumo intermédio	2 554,0	5,6	2 627,8	5,6	2,9
Subsídios	263,5	0,6	223,3	0,5	- 15,3
Outra despesa corrente	1 077,2	2,4	935,7	2,0	- 13,1
Despesa de capital	1 326,0	2,9	835,9	1,8	- 37,0
Investimento ⁽¹⁾	956,4	2,1	706,2	1,5	- 26,2
Outra despesa de capital	369,7	0,8	129,6	0,3	- 64,9
Saldo corrente	- 713,6	- 1,6	- 587,9	- 1,3	
Saldo total	-1 660,0	- 3,6	-1 167,2	- 2,5	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2015S1	2016S1
Saldo em contabilidade pública:	-4 040,1	-3 079,7
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	1 636,8	788,1
Diferença entre juros pagos e devidos	491,3	968,4
Outros valores a receber:	- 150,1	- 376,4
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 198,4	- 188,2
<i>Outros</i>	48,3	- 188,2
Outros valores a pagar:	- 211,9	- 127,8
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 170,9	- 141,5
<i>Outros</i>	- 41,0	13,7
Outros ajustamentos:	-1 777,7	- 682,1
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-2 111,2	- 876,9
Saldo em contabilidade nacional:	-4 051,7	-2 509,5
PIB	88 426,6	91 035,7
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-4,6%	-2,8%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,4%

No 2º trimestre de 2016, o RNB registou uma variação nominal de 0,4%, menos 0,2 p.p. que a variação do PIB nominal. O aumento do RNB inferior ao do PIB foi determinado pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior, verificando-se uma diminuição de 3,5% nos rendimentos recebidos e um aumento de 1,8% nos rendimentos pagos.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2011T1	179 517	-0,2	174 405	0,3	175 652	0,4
2011T2	179 008	-0,3	174 293	-0,1	175 554	-0,1
2011T3	178 036	-0,5	174 349	0,0	175 668	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 812	-0,8	170 489	-1,3	171 811	-1,3
2012T2	171 973	-1,6	167 736	-1,6	168 945	-1,7
2012T3	170 337	-1,0	165 896	-1,1	167 053	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 658	-0,4	164 354	0,0	165 926	0,0
2013T2	168 085	0,3	165 474	0,7	167 264	0,8
2013T3	168 910	0,5	166 379	0,5	168 211	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 721	0,3	168 323	0,2	170 419	0,4
2014T2	172 305	0,9	169 712	0,8	171 685	0,7
2014T3	173 381	0,6	170 895	0,7	172 999	0,8
2014T4	173 079	-0,2	170 117	-0,5	172 313	-0,4
2015T1	174 819	1,0	171 556	0,8	173 902	0,9
2015T2	176 552	1,0	172 751	0,7	175 055	0,7
2015T3	178 013	0,8	174 287	0,9	176 574	0,9
2015T4	179 540	0,9	175 261	0,6	177 729	0,7
2016T1	181 013	0,8	177 123	1,1	179 252	0,9
2016T2	182 149	0,6	177 762	0,4	180 092	0,5

O Rendimento Disponível Bruto da nação registou um aumento de 0,5% no 2º trimestre de 2016, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,6%, resultando numa redução de 0,5% da poupança bruta da economia. A FBC da economia diminuiu 1,8%, o que determinou um ligeiro aumento da capacidade de financiamento para 0,9% do PIB no 2º trimestre de 2016 (mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

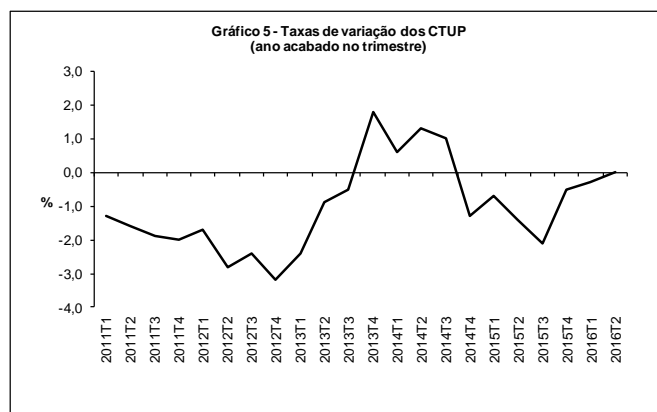
A FBC para o total da economia situou-se em 15,1% do PIB no 2º trimestre de 2016 (menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2011T1	11,3	1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,1
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,8
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,1	1,2	15,1	1,2
2015T2	14,9	1,2	15,5	0,6
2015T3	15,2	1,0	15,4	0,9
2015T4	15,2	1,2	15,5	0,9
2016T1	15,2	1,1	15,5	0,8
2016T2	15,0	1,0	15,1	0,9

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) sem alteração

No ano acabado no 2º trimestre de 2016, os CTUP mantiveram-se inalterados, verificando-se aumentos de igual intensidade da produtividade e da remuneração média (taxa de variação de 0,3%). O aumento da remuneração média resultou de um crescimento das remunerações superior ao do emprego.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 1º trimestre de 2016, são de destacar:

- i. A compilação de resultados finais relativos a 2014, estando disponíveis dados detalhados por ramo de atividade e por setor institucional, que teve consequências nas estimativas trimestrais para o ano de 2014 e seguintes.

As Contas Nacionais para o total da economia e por setor institucional relativas ao ano de 2014 utilizam um vasto conjunto de fontes estatísticas na sua compilação, o que permite melhorar as estimativas anteriormente disponíveis. A Informação Empresarial Simplificada (IES) constitui uma fonte de informação fundamental para o setor das Sociedades Não Financeiras. Destacam-se como principais impactos da integração da informação da IES, a revisão dos rendimentos de propriedade pagos e recebidos, o que determinou uma melhoria no saldo das Sociedades Não Financeiras e um agravamento do saldo das Sociedades Financeiras. O agravamento do saldo das famílias foi devido à reavaliação em baixa do VAB e, em menor grau, a revisão em alta da respetiva FBC.

- ii. Revisões das Contas Nacionais Trimestrais em parte refletindo as alterações introduzidas com os resultados finais e detalhados para 2014, bem como da integração de informação atualizada para o setor das Administrações Públicas e do comércio internacional.
- iii. Atualização do saldo do Resto do Mundo, em consequência da revisão da série da Balança de Pagamentos a partir de 2014. Note-se que as revisões nos saldos dos diversos setores internos refletem também a revisão no saldo do Resto do Mundo.

O quadro seguinte sintetiza, para o ano de 2014, as principais revisões ocorridas com a versão final face à versão anterior.

As principais revisões a destacar em 2014 são o agravamento do saldo das Famílias (em 903 milhões de euros) e das Sociedades Financeiras (em 635 milhões de euros), por contrapartida da melhoria dos saldos das Sociedades Não Financeiras e do Resto do Mundo. As principais operações que estão na origem desta revisão são: i) a revisão em baixa do VAB das Famílias, em 740 milhões de euros; ii) o saldo dos rendimentos de propriedade das Sociedades Não Financeiras, revisto em alta em 1275 milhões de euros, por contrapartida das Sociedades Financeiras; iii) e o investimento por parte das Sociedades Não Financeiras e das Famílias, revistos em -617 e +407 milhões de euros, respetivamente.

Revisões na Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento e principais componentes

Un.: 10⁶ Euros

2014		S.11	S.12	S.1M	S.2
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento	Dados provisórios	1.187	8.910	4.742	-2.392
	Dados finais	2.074	8.275	3.839	-1.786
	Diferença	887	-635	-903	607
Valor Acrescentado Bruto (B.1g)	Dados provisórios	80.173	7.716	38.554	
	Dados finais	80.205	7.951	37.814	
	Impacto no saldo	32	235	-740	
Remunerações dos empregados Pagas (D1E)	Dados provisórios	46.389	3.839	5.887	330
	Dados finais	46.209	3.790	5.959	330
	Impacto no saldo	181	49	-72	0
Remunerações dos empregados Recebidas (D1R)	Dados provisórios			76.670	269
	Dados finais			76.533	269
	Impacto no saldo			-137	0
Saldo dos Rendimentos de Propriedade (D4R - D4E)	Dados provisórios	-11.580	3.452	10.391	4.512
	Dados finais	-10.306	2.070	10.507	4.501
	Impacto no saldo	1.275	-1.382	117	-11
Formação Bruta de Capital (P5)	Dados provisórios	16.483	827	5.414	
	Dados finais	17.100	119	5.820	
	Impacto no saldo	-617	708	-407	

S.11-Sociedades Não financeiras; S.12 - Sociedades Financeiras; S.1M - Famílias e ISFLSF;
S.2 - Resto do Mundo

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.